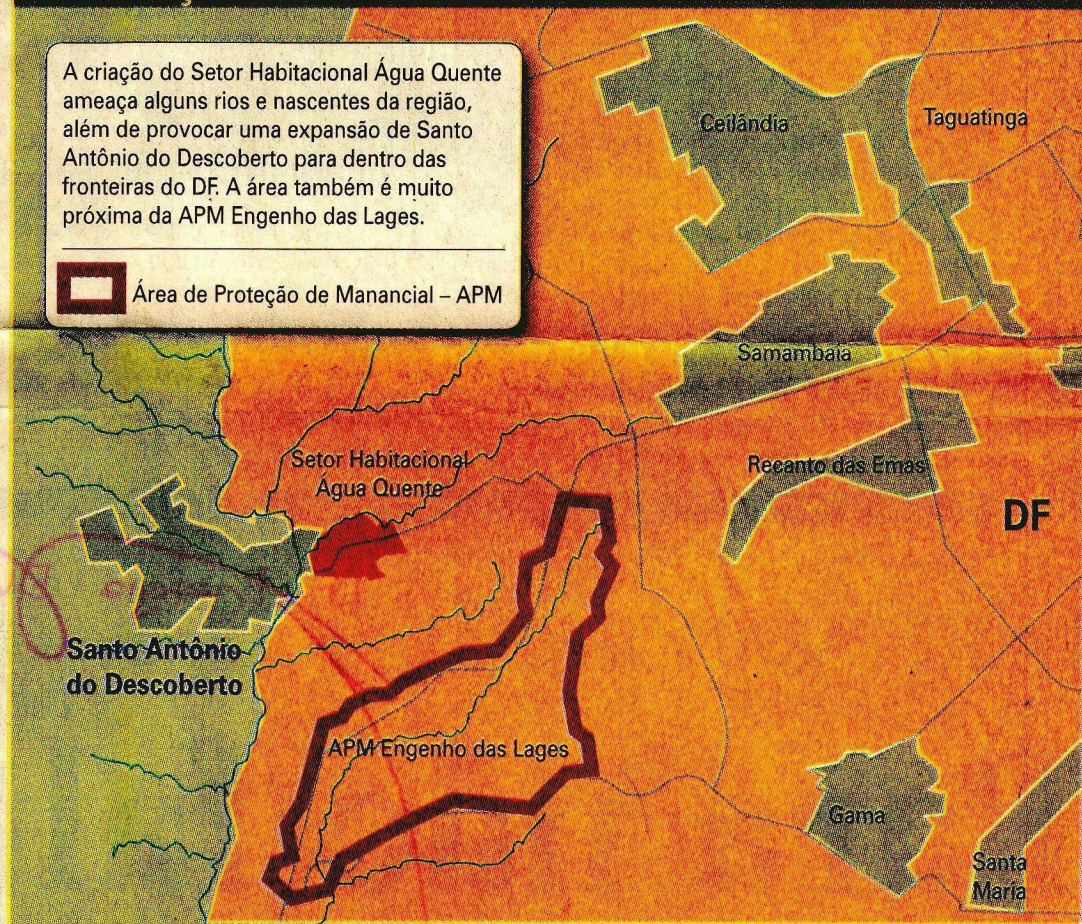


A criação do Setor Habitacional Água Quente ameaça alguns rios e nascentes da região, além de provocar uma expansão de Santo Antônio do Descoberto para dentro das fronteiras do DF. A área também é muito próxima da APM Engenho das Lages.



Área de Proteção de Manancial – APM



Editoria de Arte/JBr

Impugnações na Justiça

A regularização da segunda etapa dos Condomínios do Jardim Botânico, na região do Lago Sul, ainda deve demorar. A partir de amanhã, os moradores da área vão entrar com diversas impugnações na Justiça para contestar o registro em cartório feito pela Terracap. O problema a ser resolvido é a duplicidade nos registros dos imóveis.

Segundo a presidente da União dos Condomínios Horizontais (Unica), Júnia Bittencourt, a impugnação foi a alternativa encontrada pelos condôminos que aguardam decisão da Justiça, que definirá se a área é pública ou particular.

"A comunidade não está fazendo isso com alegria, mas a impugnação é a única saída. Enquanto isso, a regularização se atrasa ainda mais", observa Júnia. Conforme ela, a grande divergência está na localização e

registro dos condomínios. "A Terracap entende que a área é pública, pertencente à Fazenda da Papuda, mas os moradores compraram o terreno de particulares e as escrituras registram como área da Fazenda Taboquinha", explica.

■ Ministério Público

Para tentar resolver o imbróglio, o Ministério Público do DF (MPDFT) foi acionado. "Houve um pedido de perícia pelo MP para individualização da área. A idéia é que se mostre claramente aonde estão localizados os condomínios", destaca Júnia. Segundo ela, os atrasos são um balde de água fria para os moradores que aguardam a legalização dos imóveis.

"Não se encontra uma pessoa que esteja satisfeita com o processo de regularização", enfatiza a presidente da Unica. Ela

revela que os moradores do Jardim Botânico tinham esperanças de regularizar os imóveis de forma mais rápida. "É um processo que já está adiantado. Os projetos urbanísticos e licenças ambientais já foram todos aprovados", ressalta Júnia. Ela aponta, ainda, falhas no processo. "O GDF tem uma visão muito errada dos condomínios. Existem diversos pontos conflitantes e dificuldades em avançar nas questões técnicas", enumera Júnia.

A segunda etapa engloba os condomínios Mirante das Palmeiras, Jardim das Palmeiras, Jardim Botânico VI e parte do Estância Jardim Botânico e Jardim Botânico V. Em uma recente avaliação, um perito, indicado pela Justiça, informou que estes parcelamentos estão em terra pública. Mas os moradores afirmam o contrário.